



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 28/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, VINCULADOS AOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2016, JUNTO AOS PODERES E DEMAIS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS, INSTAURADOS NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 25/2017/TCM-PA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º e 15, VII, do Regimento Interno (Ato nº. 19)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO os termos e fundamentos consignados junto à Resolução nº 25/2017/TCM-PA, de 30 de junho de 2017, a qual homologou, por decisão do Tribunal Pleno, a instauração de Tomada de Contas Especial, em desfavor dos Chefes de Poderes Municipais e demais gestores públicos, responsáveis pela aplicação dos recursos municipais, conforme relação fixada no em seu Anexo Único;

CONSIDERANDO a instrução dos referidos processos de Tomada de Contas Especial, por meio do Sistema de Processo Eletrônico - SPE, garantindo-se a mais célere e tempestiva apreciação, por parte deste TCM-PA, para resposta à sociedade civil, quanto à verificação de regularidade das ações executadas, pela Administração Pública, na execução dos orçamentos e políticas públicas, bem como de garantia da adoção de medidas legais, pelo Ministério Público Estadual, de forma tempestiva e satisfatória, em desfavor dos maus



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

gestores;

CONSIDERANDO, por fim, a minuta de Resolução, destinada a regulamentação dos procedimentos de Tomada de Contas Especial, para os exercícios de 2015 e 2016, apresentada pelas Controladorias, Diretoria Jurídica e Escritório de Processos, mediante determinação da Presidência deste TCM-PA, a qual subscrita sob a forma de proposição, pelo Conselheiro DANIEL LAVAREDA REIS FILHO, em 30/06/2017, recebendo aprovação, por unanimidade, na sessão ordinária, realizada nesta data, nos termos da Ata da Sessão;

RESOLVE: APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO QUE HOMOLOGA OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, VINCULADOS AOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2016, JUNTO AOS PODERES E DEMAIS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS, INSTAURADOS NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 25/2017/TCM-PA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E ALCANCE

Art. 1º. Ficam homologados, nos termos da presente Resolução, os procedimentos de instrução e julgamento, relacionados aos processos de Tomada de Contas Especial, com caráter impositivo e vinculativo, asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 109/2016 e do Regimento Interno, deste TCM-PA.

Art. 2º. Estão submetidos aos termos da presente Resolução, os processos de Tomada de Contas Especial, instaurados nos termos da Resolução nº 25/2017/TCM-PA, em desfavor dos Chefes de Poderes Municipais e demais gestores públicos, responsáveis pelas competências de 2015 e 2016, conforme relação de Municípios, Poderes e Unidades Gestoras, sob jurisdição desta Corte de Contas, fixada através do ANEXO ÚNICO, da citada Resolução, deste



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

TCM-PA.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Seção I

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE GESTÃO

Art. 3º. A Tomada de Contas Especial, vinculada às prestações de contas de gestão, dos exercícios de 2015 e 2016, é o processo devidamente formalizado e instaurado, nos termos da Resolução nº 25/2017/TCM-PA, pelo Tribunal Pleno, que visa apurar responsabilidade por omissão, total ou parcial, quanto ao dever de prestar contas, na forma e prazos estabelecidos, configurada como grave infração à norma legal, conforme previsão constante da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno do TCM-PA (Ato n.º 19/2017).

Parágrafo único. Na instrução do processo de Tomada de Contas Especial, a fim de identificar os respectivos responsáveis e quantificar o dano ao erário, o Tribunal poderá utilizar-se dos próprios elementos presentes nos autos, de informações constantes no seu banco de dados ou, ainda, de instrumentos fiscalizatórios previstos no seu Regimento Interno ou ato próprio.

Art. 4º. O processo de Tomada de Contas Especial, para os exercícios de 2015 e 2016, a que se refere esta Resolução, terá tramitação concomitante à respectiva análise anual, das contas de gestão, objetivando, após sua conclusão, com base nos achados técnicos de auditoria consignados pelo controle externo, deste TCM-PA, proceder-se com a imputação de responsabilidades e aplicação de penalidades, na forma legal.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

Subseção I

DO RITO PROCESSUAL DA TCE-GESTÃO

Art. 5º. Procedida a instauração da Tomada de Contas Especial, homologada nos termos da Resolução n.º 25/2017/TCM-PA, competirá, ao Conselheiro-Relator, por meio da respectiva Controladoria, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, proceder com o levantamento de receitas e demais achados técnicos de relevância, objetivando a imputação de responsabilidades e alcance de débito, em desfavor do(s) ordenador(es) responsável(eis), substanciado em Relatório Técnico Inicial de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo único. São considerados, para fins de apreciação da prestação de contas de gestão, obrigatoriamente, os seguintes pontos de controle, de acordo com a entidade gestora e ordenador responsável:

I - Prefeitura Municipal (Contas de Gestão):

- a) Remessa da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual, nos termos do art. 21, da então vigente Lei Complementar nº 084/2012;
- b) Envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, nos termos da Instrução Normativa nº 001/2009/TCM/PA;
- c) Envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos da Instrução Normativa nº 001/2009/TCM/PA, estando passível de multa correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais, com fundamento na Lei Federal nº 10.028/2000;
- d) Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, incisos II e V, da CF/88;
- e) Comprovação de apropriação e recolhimento das contribuições previdenciárias.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

rias, nos termos do art. 40, da CF/88 c/c art. 50, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);

f) Comprovação de desconto das contribuições previdenciárias dos segurados e recolhimento à instituição de previdência, nos termos dos artigos 40; 195, inciso II, e 149, §1º, todos da CF/88;

g) Observância do limite no pagamento de subsídio dos agentes políticos, nos termos do art. 37, inciso XI, da CF/88 e Ato Fixador;

h) Verificação do Pagamento de diárias, caso ocorrido, em conformidade com o ato fixador e dentro dos parâmetros da razoabilidade, nos termos do art. 37, *caput*, da CF/88;

i) Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório, quando exigível, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;

j) Transferências aos Fundos, caso existentes, e comprovação respectivas, nos termos do art. 50, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);

k) Verificação de regularidade e atendimento aos termos da Resolução nº 03/2016/TCM-PA, relativamente a realização de contratação temporária de pessoal, para o exercício de 2016;

II - Câmara Municipal:

a) Cumprimento do art. 29, inciso VI, da CF/88;

b) Cumprimento do art. 29, inciso VII, da CF/88;

c) Cumprimento do art. 29-A, *caput*, da CF/88;



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

- d) Cumprimento do art. 29-A, §1º, da CF/88;
- e) Cumprimento do art. 37, inciso XII, da CF/88;
- f) Cumprimento do art. 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);
- g) Cumprimento ao disposto no artigo 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);
- h) Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, II da CF/88;
- i) Efetivação de desconto de contribuição previdenciária dos segurados e recolhimento à instituição de previdência, nos termos dos artigos 40; 195, inciso II, e 149, §1º, todos da CF/88;
- j) Observância do limite no pagamento de subsídio dos agentes políticos, nos termos do art. 37, XI, da CF/88 e Ato Fixador;
- k) Pagamento de diária, caso ocorrido, em conformidade com o ato fixador e dentro dos parâmetros da razoabilidade, nos termos do art. 37, caput, da CF/88;
- l) Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório, quando exigível, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- m) Verificação de regularidade e atendimento aos termos da Resolução nº 03/2016/TCM-PA, relativamente a realização de contratação temporária de pessoal, para o exercício de 2016;
- n) Verificação de atendimento aos termos da Lei de Transparência Pública,



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

consignada através da Resolução nº 007/2016/TCM-PA e, conforme o caso, Termo de Ajustamento de Gestão (TAG-LAI), relativamente ao exercício de 2016.

III - Demais Unidades Gestoras do Executivo Municipal:

- a) Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, incisos II e V, da CF/88;
- b) Comprovação de apropriação e recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos do art. 40 da CF/88 c/c art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);
- c) Comprovação de desconto das contribuições previdenciárias dos segurados e recolhimento à instituição de previdência, nos termos dos artigos 40; 195, inciso II, e 149, §1º, todos da CF/88;
- d) Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório, quando exigível, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- e) Verificação do cumprimento do limite de aplicação máxima, com taxa de administração, pelos Institutos de Previdência Próprio, nos termos do art. 6º, inciso VIII c/c artigo 9º, inciso II, da Lei Federal nº 9.717/98; Portaria nº 402/08, do Ministério da Previdência Social e Instrução Normativa nº 02/2016/TCM-PA.

Art. 6º. Com base no Relatório Técnico Inicial, previsto no art. 5º, proceder-se-á com a citação do gestor, ordenador e/ou Chefe de Poder, observado cada caso, para apresentação de defesa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§1º. Será citado o Chefe do Executivo Municipal, quando não for possível a identificação do ordenador responsável pela unidade gestora, vinculada ao



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

Executivo Municipal, para apresentação de defesa.

§2º. Quando houver identificação do ordenador responsável, pela unidade gestora do executivo municipal, sem que ocorra a prestação de contas da mesma, em separado, proceder-se-á com a citação do Chefe do Executivo Municipal, para responder solidariamente, quanto ao débito apurado.

Art. 7º. Será imputada, à responsabilização do Chefe do Executivo Municipal, nas hipóteses dos §§ 1º e 2º, do art. 6º, desta Resolução, a totalidade das receitas vinculadas ao Município, a ele subordinadas, em cada exercício de competência, caso não comprovada a regular aplicação dos recursos geridos, a quando da instrução processual.

§1º. A responsabilidade atribuída ao Chefe do Executivo Municipal, nos termos do *caput*, deste artigo, poderá ser elidida caso indicada, através de defesa, a existência de terceiro(s), como ordenador(es) responsável(eis), vinculado(s) à(s) unidade(s) gestora(s), comprovada através de ato formal de designação/nomeação, conjuntamente com a comprovação da adoção das medidas cabíveis, na forma da lei, em desfavor do responsável, objetivando a regularização de inadimplência ou imputação de débito, na forma do *caput*, do art. 28, da então vigente Lei Complementar n.º 084/2012, atual art. 40, da Lei Complementar n.º 109/2016.

§2º. Será considerada como suficiente, para a comprovação da adoção das medidas cabíveis e afastamento da responsabilização solidária, conforme previsão do §1º, deste artigo, de maneira concomitante, a:

I - Comprovação de prestação de contas de governo, do exercício em análise, sob a responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal;

II - Comprovação de prévia instauração de Tomada de Contas, pelo Chefe do Executivo Municipal, em desfavor do(s) terceiro(s) responsável(eis), com a devida comprovação documental.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

§3º. Na ocorrência de identificação de terceiros, como ordenadores responsáveis pelas demais unidades gestoras do Executivo Municipal, proceder-se-á com a citação dos mesmos, fixando-se prazo, para apresentação de defesa, nos termos do *caput*, do art. 6º, desta Resolução.

§4º. Não elidida a responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal, nos termos dos §§ 1º e 2º, deste artigo, ainda que identificado o ordenador responsável pela unidade gestora, responderá o primeiro, de maneira solidária, pelo dano apurado em desfavor do erário.

Art. 8º. Apresentada a defesa, com o encaminhamento das contas, pelo(s) responsável(eis), conduzir-se-á, o julgamento da prestação de contas anual, pela aprovação com ressalva e aplicação de multa, dada a regularização do débito, quando a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e fique demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos.

§1º. Na hipótese prevista no *caput*, deste artigo, fica consignada, nos termos desta Resolução, a aplicação de multa pecuniária, atribuída à omissão do dever de prestar contas, na forma e prazos estabelecidos por quadrimestre, no valor previsto pelo art. 282, inciso III, alínea "a", do RITCM-PA (Ato nº 19/2017), correspondente em até 11.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPFPA, em tudo observadas as demais previsões da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCM-PA.

§2º. Serão adotados como critérios de dosimetria, para fixação da multa estabelecida no §1º, deste artigo, dentre outros elementos, a reincidência, quanto ao dever no encaminhamento tempestivo, das prestações de contas, de exercícios pretéritos e o montante da receita ordenada, no exercício sob análise, sob responsabilidade do gestor ou Chefe de Poder.

§3º. Para além da multa fixada nos termos do §1º, deste artigo, poderão ser



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

aplicadas, por ocasião da instrução da análise das contas e julgamento Plenário, outras penalidades pecuniárias, face a ocorrência de irregularidades ou impropriedades diversas, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno.

§4º. A remessa da documentação relativa às contas de gestão, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, antes de procedida a citação do ordenador responsável, não elidirá a cominação de multa e imposição de ressalva, no bojo da prestação de contas anual, nos termos do *caput* e §1º, deste artigo.

Art. 9º. A remessa da documentação relativa à prestação de contas, total ou parcial, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, antes de procedida a citação do ordenador responsável ou através da defesa, após sua citação, será analisada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetida à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, observadas as seguintes hipóteses:

I - Verificada a remessa da documentação omissa, vinculada à Tomada de Contas, a qual se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de gestão, determinará o sobrestamento da Tomada de Contas e a juntada da documentação remetida, para análise conjunta, junto aos autos principais da prestação de contas anual, garantindo-se a apreciação integral da mesma, bem como a citação do ordenador responsável, nos autos principais, para exercício do contraditório e da ampla defesa.

II - Verificada a remessa de documentação, vinculada a Tomada de Contas, a qual não se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de gestão, determinará a juntada do Relatório Técnico Final de Tomada de Contas, junto à prestação de contas anual, consignando a manutenção da omissão no dever de prestar contas, junto ao Relatório Técnico Final Consolidado da Prestação de Contas Anual, para julgamento conjunto, com a prévia apreciação do Ministério Público de Contas, na forma regimental.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

Parágrafo único. Será considerada, para fins verificação das hipóteses previstas nos incisos I e II, deste artigo, como prestação de contas, a remessa de documentação que contemple, na integralidade o previsto na Resolução nº 002/2015/TCM-PA, destinado a remessa ordinária de prestação de contas de gestão.

Art. 10. A não remessa da documentação relativa à prestação de contas, total ou parcial, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, antes de procedida a citação do ordenador responsável ou através da defesa, após sua citação, será certificada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetido à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, para adoção das medidas consignadas no inciso II, do art. 9, desta Resolução.

Art. 11. Após o encerramento da instrução da Tomada de Contas Especial, consignada nos termos da apreciação monocrática do Conselheiro-Relator, não será recebida e apreciada, qualquer documentação relativa às contas em omissão, até o julgamento das contas anuais de gestão.

Art. 12. Em qualquer das hipóteses elencadas, mediante a instauração da Tomada de Contas Especial, os achados de auditoria consignados pelo órgão técnico, serão consolidados e apreciados, junto aos autos processuais das contas anuais de gestão, do exercício sob análise, para julgamento pelo Colendo Plenário, após o qual será facultando, de acordo com cada caso, a interposição de recursos e pedido de revisão, pelo ordenador responsável, na forma da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCM-PA.

Art. 13. A apresentação da prestação de contas, pelo ordenador responsável, após a conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial e julgamento das contas anuais de gestão, em sede de recurso ordinário ou pedido de revisão, não elidirá a irregularidade das mesmas, face a omissão no dever de prestar contas, exceto nas hipóteses de comprovada demonstração de caso



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

fortuito ou força maior, garantindo-se, tão somente, o saneamento do débito imputado, caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e demonstre a boa e regular aplicação dos recursos, sem prejuízo da aplicação de multa pecuniária, na forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno, deste TCM-PA.

Seção II

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE GOVERNO

Art. 14. A Tomada de Contas Especial, vinculada às prestações de contas de governo, dos exercícios de 2015 e 2016, é o processo devidamente formalizado e instaurado, nos termos da Resolução nº 25/2017/TCM-PA, pelo Tribunal Pleno, que visa apurar responsabilidade por omissão, do Chefe do Executivo Municipal, quanto ao encaminhamento do Balanço Geral, até o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo legal, definido para apresentação do mesmo, sujeito a apreciação deste TCM-PA, para fins de emissão de parecer prévio, dirigido à Câmara Municipal.

Subseção I

DO RITO PROCESSUAL DA TCE-GOVERNO

Art. 15. Procedida a instauração da Tomada de Contas Especial, homologada nos termos da Resolução nº 25/2017/TCM-PA, competirá, ao Conselheiro-Relator, por meio da respectiva Controladoria, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, proceder com a elaboração de Relatório Técnico Inicial de Tomada de Contas Especial, com o detalhamento dos pontos de controle, sob responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único. São considerados, para fins de apreciação da prestação de contas de governo, do Chefe do Executivo Municipal, obrigatoriamente, os seguintes pontos de controle:



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

- I** - Remessa da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual, nos termos do art. 21, da então vigente Lei complementar nº 084/2012;
- II** - Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, II e V, da CF/88;
- III** - Aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), dos impostos arrecadados e transferidos na manutenção e desenvolvimento do ensino, em atendimento ao art. 212 da CF/88.
- IV** - Aplicação de pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério, em atendimento ao previsto no art. 60, IV e XII, do ADCT c/c art. 11, da Lei 11.494/2007.
- V** - Aplicação do percentual mínimo de 15% (quinze por cento), dos impostos arrecadados e transferidos, em gastos com ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 198, §2º, da CF c/c art. 77, III, do ADCT.
- VI** - Transferências ao Poder Legislativo, com observância dos limites constitucionais, nos termos das Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009;
- VII** - Observância dos limites com Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Município, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);
- VIII** - Não aumento de despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato, nos termos do art. 21 e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), aplicável ao exercício de 2016;
- IX** - Não assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do mandato, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem disponibilidade de caixa suficien-



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

te, em atendimento ao previsto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), aplicável ao exercício de 2016;

X - Verificação de atendimento aos termos da Lei de Transparência Pública, consignada através da Resolução nº 007/2016/TCM-PA e, conforme o caso, Termo de Ajustamento de Gestão (TAG-LAI), relativamente ao exercício de 2016.

Art. 16. Com base no Relatório Técnico Inicial, previsto no art. 15, deste Resolução, proceder-se-á com a citação do Chefe do Executivo Municipal, para apresentação de defesa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 17. Apresentada a defesa, com o encaminhamento do Balanço Geral, pelo responsável, conduzir-se-á, a apreciação do Tribunal Pleno, pela emissão do parecer prévio, vinculado à prestação de contas anual de governo, com a recomendação, ao Legislativo Municipal, pela aprovação das contas com ressalva, caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas constitucionais, legais e regulamentares e fique demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos, através do cumprimento dos pontos de controle consignados nos incisos I a IX, do art. 15, deste Resolução.

§1º. Na hipótese prevista no caput, deste artigo, fica consignada, nos termos desta Resolução, a aplicação de multa pecuniária, atribuída à omissão do dever de prestar contas, na forma e prazo estabelecido, para remessa do Balanço Geral, no valor máximo previsto pelo art. 282, inciso III, alínea "a", do RITCM-PA (Ato nº 19/2017), correspondente à 11.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPFPA, em tudo observadas as demais previsões da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCM-PA.

§2º. Para além da multa fixada nos termos do §1º, deste artigo, poderão ser aplicadas, por ocasião da instrução da análise das contas e apreciação do Tribunal Pleno, outras penalidades pecuniárias, face a ocorrência de irregularidades ou impropriedades diversas, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno.



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

§3º. A remessa da documentação relativa às contas de governo (Balanço Geral), após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, antes de procedida a citação do ordenador responsável, não elidirá a cominação de multa e imposição de ressalva, no bojo da prestação de contas anual, nos termos do *caput* e §1º, deste artigo.

Art. 18. A remessa da documentação relativa ao Balanço Geral, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, antes de procedida a citação do ordenador responsável ou através da defesa, após sua citação, será analisada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetido à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, observadas as seguintes hipóteses:

I - Verificada a remessa da documentação omissa, vinculada a Tomada de Contas, a qual se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de governo, determinará o sobrestamento da Tomada de Contas e a juntada da documentação remetida, aos autos principais da prestação de contas anual, garantindo-se a apreciação integral da mesma, bem como a citação do ordenador responsável, nos autos principais, para exercício do contraditório e da ampla defesa.

II - Verificada a remessa de documentação, vinculada a Tomada de Contas, a qual não se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de governo, determinará a juntada do Relatório Técnico Final de Tomada de Contas, junto à prestação de contas anual, consignando a manutenção da omissão no dever de prestar contas, junto ao Relatório Técnico Final das Contas Anuais de Governo, com a prévia apreciação do Ministério Público de Contas, na forma regimental.

Parágrafo único. Será considerada, para fins verificação das hipóteses previstas nos incisos I e II, deste artigo, como prestação de contas de gover-



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

no, a remessa de documentação que contemple, na integralidade o previsto na Resolução nº 02/2015/TCM-PA, destinado a remessa ordinária do Balanço Geral.

Art. 19. A não remessa da documentação relativa ao Balanço Geral, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, antes de procedida a citação do ordenador responsável ou através da defesa, após sua citação, será certificada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetido à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, para adoção das medidas consignadas no inciso II, do art. 18, desta Resolução.

Art. 20. Após o encerramento da instrução da Tomada de Contas Especial, consignada nos termos da apreciação monocrática do Conselheiro-Relator, não será recebida, qualquer documentação relativa às contas em omissão, até a apreciação das contas anuais de governo.

Art. 21. Em qualquer das hipóteses elencadas, após a instauração da Tomada de Contas Especial, os achados de auditoria consignados pelo órgão técnico, serão apreciados, junto aos autos processuais das contas anuais de governo, do exercício sob análise, pelo Colendo Plenário, após o qual será facultando, de acordo com cada caso, a interposição de recursos, pelo ordenador responsável, na forma da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCM-PA.

Art. 22. A prestação de contas pelo ordenador responsável, após a conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial e emissão do parecer prévio, junto às contas anuais de governo, em sede de recurso ordinário, não elidirá a irregularidade das mesmas, face a omissão no dever de prestar contas, exceto nas hipóteses de comprovada demonstração de caso fortuito ou força maior, garantindo-se, tão somente, o saneamento quanto ao cumprimento dos pontos de controle consignados, caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e demonstre a boa e regular aplicação dos recursos, sem prejuízo da aplicação de multa pecuniária, na



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2017/TCM-PA, de 04 de julho de 2017.

forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno, deste TCM-PA.

CAPÍTULO III

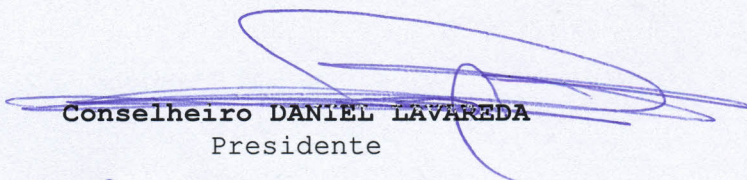
DISPOSIÇÕES FINAIS

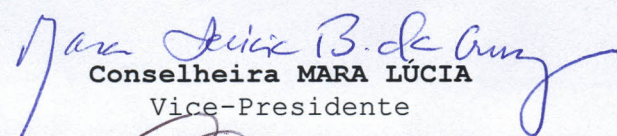
Art. 23. O Conselheiro-Relator, após o encerramento dos procedimentos vinculados à Tomada de Contas Especial de Governo ou Gestão, consignada na apreciação monocrática do Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, quando verificada a manutenção na omissão do dever de prestar contas, por parte dos gestores, ordenadores ou Chefes de Poder, comunicará, *ex officio*, as ocorrências apuradas, com a identificação do(s) responsável(eis), ao Ministério Público Estadual, para a adoção das medidas legais cabíveis.

Art. 24. As situações excepcionais e os casos omissos, não disciplinados nesta Resolução e/ou no RITCM-PA, serão resolvidos por deliberação do Tribunal Pleno.

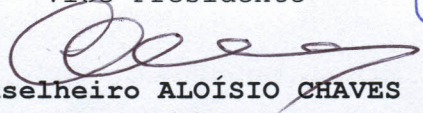
Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 04 de julho de 2017.

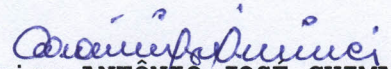

Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Presidente

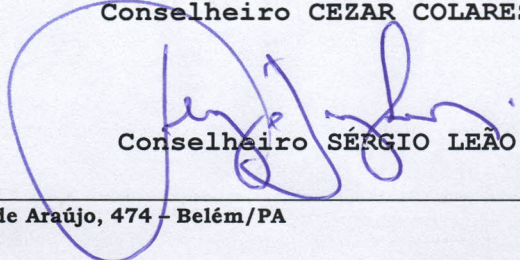

Conselheira MARA LÚCIA
Vice-Presidente

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Corregedor


Conselheiro ALOÍSIO CHAVES
Ouvidor

Conselheiro CEZAR COLARES


Conselheiro ANTÔNIO JOSE GUIMARÃES


Conselheiro SÉRGIO LEÃO